



Ministerio de Relaciones Exteriores
Consulado General de Chile en Sao Paulo

Dr. A. Rouse

18

CONGECHILE SAO PAULO OF. PUBL. N°20/2015

OBJ. : Remitir copia contrato arriendo CG.

REF. : Su mens. 461 de 28.01.2015

CON ANEXO

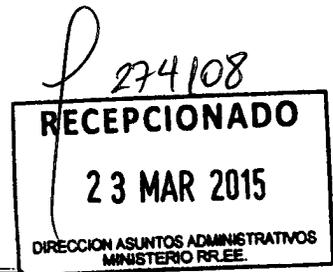
São Paulo, 23 de Febrero, 2015

DE : CÓNsul GENERAL DE CHILE EN SAO PAULO
A : SEÑOR DIRECTOR DE SERVICIOS CONSULARES

Adjunto remito a US. copia del contrato de arriendo por el inmueble donde funciona este Consulado General, suscrito entre Agro Industrial Campay Limitada y el Embajador de Chile en Brasil. Asimismo, se hace llegar traducción simple del mismo.



Saluda a US.,



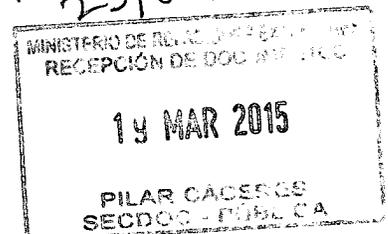
HERNÁN BASCUÑAN JIMENEZ
Consejero
Cónsul General

DISTRIBUCION:

- 1.- M. RR.EE. - DIRASAD, c/anexos
- 2.- M. RR.EE. - Archigral.
- 3.- Congechile São Paulo, arch.



Gestión arriendos 23/03/15



A B P - ADMINISTRAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS LTDA.

CONTRATO DE LOCAÇÃO

LOCADOR: AGRO INDUSTRIAL CAMPAY LTDA.

LOCATÁRIO: ESTADO DO CHILE

IMÓVEL: AV. PAULISTA, Nº 1.009 CJ 1001/03 GAR 36,37,51

INÍCIO: 01 DE MAIO DE 2015

TÉRMINO: 30 DE ABRIL DE 2018

ALUGUEL: R\$20.220,00

Pelo presente instrumento particular de contrato que entre si fazem, **AGRO INDUSTRIAL CAMPAY LTDA.** inscrita no CGC/MF sob o nº 61.003.075/0001-10 neste ato representada de acordo com seus estatutos, doravante denominado simplesmente "**LOCADOR**", e **ESTADO DO CHILE** neste ato representado pelo Sr. Embaixador do Chile no Brasil, **JAIME RODRIGO GAZMURI MUJICA**, portador da cédula de identidade para corpo diplomático nº [REDACTED], e inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] doravante denominado simplesmente "**LOCATÁRIO**", fica justo e acertado locação do imóvel acima citado, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª. - DO PROCURADOR DO LOCADOR

O **LOCADOR**, mediante o instrumento competente, constitui seu procurador a **ABP - ADMINISTRAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS LTDA.**, a quem caberá realizar todos os atos decorrentes do presente contrato, tais como receber aluguéis, avisos e comunicações, proceder cobranças, notificar, constituir advogado para ajuizar demandas e todos os atos que se fizerem necessários para o fiel cumprimento do avençado.

CLÁUSULA 2ª. - DO OBJETO, PRAZO E FINS DA LOCAÇÃO

§1º- O presente contrato tem por objeto a locação do imóvel acima citado, para que funcione o Consulado Geral do Chile em São Paulo, pelo prazo de 36 (Trinta e seis) meses, com início em 01 de maio de 2015, e término 30 de abril de 2018.

CLÁUSULA 3ª. - DO ALUGUEL

Em contrapartida, o **LOCATÁRIO** pagará ao **LOCADOR** o aluguel mensal livremente convencionado, nesta de R\$20.220,00 (Vinte mil duzentos e vinte reais), reajustados na forma prevista neste contrato, em conformidade com a Lei.

CLÁUSULA 4ª. - DO REAJUSTE

§1º- O aluguel supra será reajustado automaticamente, na periodicidade mínima determinada pela legislação vigente à data de sua celebração (Lei 8.880/94), mesmo tendo vencido o prazo contratual, na proporção da variação do **IGPM/FGV** (Índice de geral de preços de mercado). Na falta do **IGPM/FGV**, será adotado o **IPCA/IBGE** e, na falta destes, ou se vier a ser permitido por Lei, a correção far-se-á, tomando-se por base os índices de outro órgão equivalente e aceito por ambas as partes.

§2º- Se em virtude de Lei subsequente vier a ser admitida a correção do valor do aluguel em periodicidade inferior à prevista em legislação vigente à época de sua celebração, concordam as partes, desde logo e em caráter irrevogável, que a correção do aluguel passará automaticamente a ser feita com o menor prazo que for permitido pela Lei posterior.

CLÁUSULA 5ª. - DA FORMA DE PAGAMENTO

§1º- O aluguel previsto na Cláusula 3ª supra deverá ser pago até, o dia **5 (cinco) do mês vencido**, no escritório do procurador, ou através de cobrança bancária.

§2º- O **LOCADOR** se reserva o direito de vir a modificar o local de pagamento, desde que comunicado ao **LOCATÁRIO**, por escrito e com antecedência de 30(trinta) dias, o novo local pelo qual deverá ser efetuado o pagamento.

CLÁUSULA 6ª. - DOS ENCARGOS

§1º- Se o pagamento do aluguel não for efetuado até, o dia cinco do mês vencido, incidirá caso o **LOCADOR** julgue necessário, o disposto o §6º da Cláusula 10ª.

§2º- Durante a vigência deste contrato ou mesmo após o seu vencimento, caso permaneça no imóvel, a **LOCATÁRIA** será responsável pelo pagamento:

- a) dos tributos atualmente incidentes sobre os imóveis e daqueles que venham a ser criados pelos Poderes Públicos, sem prejuízo do seu direito de solicitar as restituições cabíveis em acordo com as normas internacionais.
- b) das contas de consumo de água, de esgoto, de gás, de energia elétrica e de telefone e;
- c) das despesas ordinárias de condomínio que por ventura venham a recair sobre o imóvel ora locado.

§4º- A **LOCATÁRIA** se obriga ainda a enviar a **LOCADORA** por intermédio de seu procurador, toda e qualquer correspondência a ele destinado, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após seu recebimento..

CLÁUSULA 7ª. - DA ENTREGA DO IMÓVEL

§1º- O **LOCATÁRIO** recebe o imóvel em perfeito estado de conservação e limpeza.

§2º- As obras que a lei atribua a sua responsabilidade e todas aquelas que importarem na segurança do imóvel serão executadas pelo proprietário. As referentes a consertos ou estragos na pintura interna ou externa, bem como sua conservação e respectivas ligações junto a repartições competentes serão feitas às despesas do **LOCATÁRIO**, que fica obrigado a restituir tudo em perfeito estado, exceto o desgaste natural de uso, sem direito a indenização ao desocupar o imóvel.

§3º- Fica desde já facultado ao **LOCADOR**, ou a seu representante, vistoriar o imóvel com a expressa autorização do **LOCATÁRIO**, em horas e formas que não perturbem o trabalho normal do Consulado Geral do Chile em São Paulo. Caso forem constatados defeitos imputáveis ao **LOCATÁRIO** caberá a este o conserto do mesmo, podendo ser sub-rogado pelo **LOCADOR** no cumprimento desta obrigação, nas condições e prazos que forem acordados pelas partes

§4º- Toda e qualquer benfeitoria, acessão ou modificação do imóvel locado, ou em suas instalações tais como, pintura, carpetes, luminárias, divisões de salas dependerá de consentimento expresso, prévio e por escrito do **LOCADOR**, sob pena de rescisão contratual. As que com autorização forem feitas, a pertencerão ao **LOCADOR** quem pagará ao **LOCATÁRIO** o custo das benfeitorias legalmente qualificadas como úteis. Poderá, entretanto o **LOCADOR**, finda a locação, exigir que as benfeitorias, acessão ou modificação introduzidas com seu consentimento sejam retiradas à custa do **LOCATÁRIO**, deixando o imóvel tal como foi entregue.

§5º- Se, por motivo de incêndio, acidente ou necessidade de obras urgentes no imóvel locado, ou no edifício onde este se localiza, o **LOCATÁRIO** tiver de desocupar tal imóvel, a presente locação será considerada rescindida, sem prejuízo de responsabilidade do **LOCATÁRIO**, se o fato tiver sido atribuído à sua culpa por Tribunal competente.

§6º- O **LOCATÁRIO** fica obrigado a satisfazer todas as exigências dos poderes públicos, sendo que as mesmas não motivarão a rescisão do presente contrato, assumindo toda responsabilidade por quaisquer penalidades em que incorra em razão da atividade exercida no imóvel. Em caso de desapropriação, o **LOCADOR** fica desobrigado das cláusulas deste contrato, ressalvada ao **LOCATÁRIO** a defesa de seus interesses junto ao poder expropriante.

CLÁUSULA 8º. - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

§1º- O **LOCATÁRIO** está ciente da existência de apólice de seguro condominial inserido anualmente nas despesas ordinárias efetuadas pelo Condomínio que abrangem a recuperação dos estragos estruturais comuns do condomínio e internas do imóvel.

a) Caso o **LOCATÁRIO**, entenda não ser necessário o seguro complementar, desde já entende que, se houver necessidade de julgamento de mérito este será feito pelo foro competente que arbitrará a responsabilidade da parte infratora de acordo com a legislação vigente.

§2º- O **LOCATÁRIO** não poderá transferir o presente contrato nem sublocar, ceder ou emprestar no todo ou em parte o imóvel locado

CLÁUSULA 9º. - DAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS

§1º- **LOCADOR** e **LOCATÁRIO** obrigam-se por si e seus sucessores, a respeitar o presente contrato em todas as suas cláusulas e condições, incorrendo o contratante infrator a penalidade expressa na Lei do Inquilinato, ficando o foro competente incumbido do julgamento de quaisquer direitos que sejam assegurados à parte prejudicada.

CLÁUSULA 10ª. - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

§1º- Fica autorizada citação, intimação ou notificação, para qualquer procedimento judicial ou extra judicial, exigido por Lei mediante correspondência com aviso de recebimento, ou, tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, também mediante telex ou fac-símile, ou, ainda, sendo necessário, pelas demais formas previstas no Código de Processo Civil.

§2º- O presente contrato poderá ser alterado em qualquer uma das cláusulas, através de Termo Aditivo, mediante acordo entre as partes.

§3º- Não constituirá novação qualquer liberalidade havida no cumprimento do presente contrato, tais como tolerância nos recebimentos, recebimento de correspondência e congêneres

§4º- Fica convencionado entre as partes que, este contrato após vencido, continuará regendo as relações entre **LOCADOR** e **LOCATÁRIO** até que haja manifestação por escrito que altere qualquer das condições ora pactuadas.

§5º- O **LOCATÁRIO** estará facultado para terminar antecipadamente este contrato, através de comunicação escrita enviada com trinta dias de antecedência à data de terminação antecipada, quando seja necessário proceder ao fechamento do Consulado Geral do Chile em São Paulo devido a razões institucionais da República do Chile, de segurança ou de força maior, ou à terminação das relações diplomáticas ou consulares entre a República do Chile e a República Federativa do Brasil. Neste caso corresponderá ao **LOCATÁRIO** somente o pagamento do aluguel até o último dia de ocupação do imóvel objeto deste contrato, sem que a **LOCADORA** tenha direito a indenização ou compensação alguma por este evento.

§6º- Tendo em vista a normativa chilena que não permite aos órgãos públicos autorizar cláusulas de penalidade antecipada, fica desde já entendido pelas partes que toda e qualquer demanda ou descumprimento de qualquer das cláusulas aceitas deste contrato, serão julgadas pelo foro competente que arbitrará eventuais penalidades ou obrigações a qualquer das partes, baseando-se no teor da Lei do Inquilinato nº. 8245, reformada pela Lei nº. 12112 da Republica Federativa do Brasil.

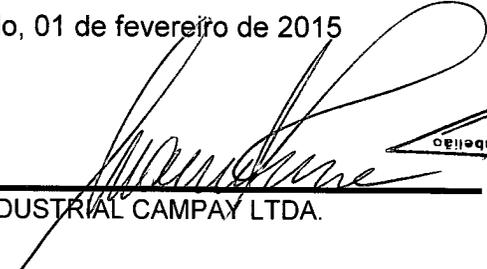
CLÁUSULA 11ª. - FORO

§1º- Fica eleito o Foro Central da Capital de São Paulo, que será competente para conhecer, dirimir quaisquer dúvidas ou ações oriundas do presente contrato.

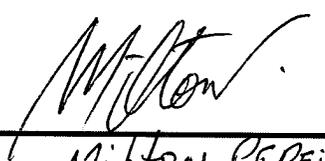
As partes contratantes ratificam todas as cláusulas deste contrato.

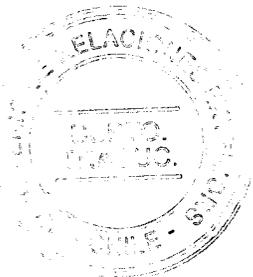
E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma ante duas testemunhas.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2015


AGRO INDUSTRIAL CAMPAY LTDA.


ESTADO DO CHILE


TESTEMUNHAS: Milton PEREIRA
RG. 14.090.318-5



TRADUCCIÓN

I-162/15

A B P - ADMINISTRAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS LTDA

CONTRATO DE ARRENDAMIENTO

ARRENDADOR : AGRO INDUSTRIAL CAMPAY LTDA.
ARRENDATARIO : ESTADO DE CHILE.
INMUEBLE : AV. PAULISTA N° 1.009, CJ 1001/03, GAR 36, 37,
51.
INICIO : 1 DE MAYO DE 2015.
TÉRMINO : 30 DE ABRIL DE 2018.
ALQUILER : R\$20.220,00.

Por el presente instrumento privado de contrato, que celebran entre sí: **AGRO INDUSTRIAL CAMPAY LTDA.**, inscrita en el Registro General de Contribuyentes/Ministerio de Hacienda con el N° 61.003.075/0001-10, representada en este acto de acuerdo con sus Estatutos, en adelante denominado simplemente "**ARRENDADOR**" Y **ESTADO DE CHILE**, representado en este acto por el Sr. Embajador de Chile en Brasil, **JAIME RODRIGO GAZMURI MUJICA**, titular de la cédula de identidad para diplomáticos N° [REDACTED] e inscrito en el Registro de Personas Naturales/Ministerio de Hacienda con el N° [REDACTED], en adelante denominado simplemente "**ARRENDATARIO**", las partes acuerdan el arrendamiento del inmueble antes citado, de acuerdo con las siguiente cláusulas:

CLÁUSULA 1ª - DEL APODERADO DEL ARRENDADOR

El **ARRENDADOR** mediante el instrumento competente, constituye en su apoderado a **ABP - ADMINISTRAÇÃO DE BENS**

- // -

PATRIMONIAIS LTDA., a quien le corresponderá realizar todos los actos originados del presente contrato, tales como recibir alquileres, avisos y comunicaciones, proceder a cobranzas, notificar, constituir abogado para juzgar demandas y todos los actos que fueren necesarios para el fiel cumplimiento de lo acordado.

CLÁUSULA 2ª - DEL OBJETO, PLAZO Y FINES DEL ARRENDAMIENTO

§1º - El presente contrato tiene por objeto el arrendamiento del inmueble antes citado, para que funcione el Consulado General de Chile en San Pablo, por el plazo de 36 (treinta y seis) meses, con inicio el 1 de mayo de 2015 y término el 30 de abril de 2018.

CLÁUSULA 3ª - DEL ALQUILER

En contrapartida, el **ARRENDATARIO** pagará al **ARRENDADOR** el alquiler mensual acordado libremente en el presente, de R\$20.220,00 (veintemil doscientos veinte reales), reajustados en la forma establecida en este contrato, en conformidad con la ley.

CLÁUSULA 4ª - DEL REAJUSTE

§1º - El alquiler anterior se reajustará automáticamente, con una periodicidad mínima determinada por la legislación vigente a la fecha de su celebración (Ley 8.880/94), incluso una vez vencido el plazo contractual, en la proporción de la variación del **IGPM/FGV** (Índice General de Precios de Mercado). A falta de **IGPM/FGV**, se adoptará el **IPCA/IBGE** y, en su defecto, o si fuere permitido por Ley, la corrección se efectuará tomándose por base los índices de otro órgano equivalente y aceptado por ambas partes.

- // -

- // -

§2° - Si en virtud de Ley posterior, se admitiera la corrección del monto del alquiler en un período inferior al previsto en la legislación vigente en el momento de su celebración, las partes acuerdan, inmediatamente y en carácter irrevocable, que la corrección del alquiler pasará automáticamente a ser efectuado con el menor plazo que le fuere permitido por Ley posterior.

CLÁUSULA 5ª - DE LA FORMA DE PAGO

§1° - El alquiler establecido en la Cláusula 3ª anterior deberá ser pagado hasta el **5 (cinco) del mes vencido**, en la oficina del apoderado o a través de recaudación bancaria.

§2° - El **ARRENDADOR** se reserva el derecho de modificar el lugar de pago, siempre que al **ARRENDATARIO** se le comunique por escrito y con una anticipación de 30 (treinta) días, el nuevo lugar en el cual se deberá efectuar el pago.

CLÁUSULA 6ª - DE LAS CARGAS

§1° Si el pago del alquiler no se efectuare hasta el día cinco del mes vencido, incidirá, en caso de que el **ARRENDADOR** lo juzgue necesario, lo establecido en el §6° de la Cláusula 10ª.

§2° Durante la vigencia de este contrato o incluso, después de su vencimiento, en caso de que permanezca en el inmueble, la **ARRENDATARIA** será la responsable del pago:

- a) de los impuestos corrientes percibidos actualmente sobre los inmuebles y aquellos que sean creados por los Poderes Públicos, sin perjuicio de su derecho de solicitar las restituciones correspondientes, de acuerdo con las normas internacionales.
- b) de las cuentas de consumo de agua, alcantarillado, gas, energía eléctrica y teléfono y;

- // -

- // -

c) de los gastos comunes de condominio que eventualmente puedan ser de responsabilidad de la propiedad, arrendada por el presente.

§4° La **ARRENDATARIA** se compromete, asimismo, a enviar a la **ARRENDADORA** por intermedio de su apoderado, toda y cualquiera correspondencia destinada a ella, en un plazo máximo de 03 (tres) días hábiles, desde su recibo.

CLÁUSULA 7ª - DE LA ENTREGA DEL INMUEBLE

§1° - El **ARRENDATARIO** recibe el inmueble en perfecto estado de conservación y limpieza.

§2° - Los trabajos que la ley atribuye a su responsabilidad y todos aquellos que incidan en la seguridad del inmueble serán ejecutados por el propietario. Aquellos relativos a reparaciones o daños en la pintura interna o externa, así como su conservación y respectivas conexiones ante las reparticiones competentes, los gastos serán efectuados por el **ARRENDATARIO**, que queda obligado a restituir todo en perfecto estado, excepto el desgaste natural de uso, sin derecho a indemnización o desocupar el inmueble.

§3° - Desde ya el **ARRENDADOR** queda facultado, o su representante, para inspeccionar el inmuebles con la autorización expresa del **ARRENDATARIO**, en las horas y formas que no perturben el trabajo normal del Consulado General de Chile en San Pablo. En caso de que se constataren defectos imputables al **ARRENDATARIO**, a éste le corresponderá la reparación del mismo, y podrá ser subrogado por el **ARRENDADOR** en el cumplimiento de esta obligación, en las condiciones y plazos que fueren acordados por las partes.

§4° - Toda y cualquier mejora, accesión o modificación del

- // -



- // -

inmueble arrendado, o en sus instalaciones, tales como pintura, alfombras, lámparas, divisiones de salas, dependerá del consentimiento expreso, previo y por escrito del **ARRENDADOR**, bajo pena de rescisión del contrato. Aquellas que se hicieren con autorización, le pertenecerán al **ARRENDADOR**, quien pagará al **ARRENDATARIO** el costo de las mejoras legalmente calificadas como útiles. No obstante, el **ARRENDADOR**, al final del arrendamiento, podrá exigir que las mejoras, accesos o modificación introducidas con su consentimiento sean retiradas a costa del **ARRENDATARIO**, dejando el inmueble tal como fue entregado.

§5° - Si, debido a incendio, accidente o necesidad de trabajos urgentes en el inmueble arrendado o en el edificio donde se ubica, el **ARRENDATARIO** tuviere que desocupar dicho inmueble, el presente arrendamiento se considerará rescindido, sin perjuicio de responsabilidad del **ARRENDATARIO**, si el hecho se hubiere atribuido a su responsabilidad por Tribunal competente.

§6° - El **ARRENDATARIO** queda obligado a cumplir todas las exigencias de los poderes públicos, mientras que éstas no motiven la rescisión del presente contrato, asumiendo toda responsabilidad por cualquier penalidad en que incurra en razón de la actividad ejercida en el inmueble. En caso de expropiación, el **ARRENDADOR** queda liberado de las cláusulas de este contrato, garantizada al **ARRENDATARIO** la defensa de sus intereses ante el poder expropiador.

CLÁUSULA 8ª - DE LAS OBLIGACIONES DEL ARRENDATARIO

§1° - El **ARRENDATARIO** está en conocimiento de la existencia de póliza de seguro de condominio, incluido anualmente en los gastos comunes efectuados por el Condominio, que comprenden la

- // -



- // -

recuperación de los daños estructurales comunes del condominio e internos del inmueble.

a) En caso de que el **ARRENDATARIO**, considere que no es necesario el seguro complementario, desde ya se entiende que, si hubiere necesidad de juicio, éste será efectuado por la jurisdicción competente, que arbitrará la responsabilidad de la parte infractora, de acuerdo con la legislación vigente.

§2° - El **ARRENDATARIO** no podrá transferir el presente contrato ni subarrendar, ceder o prestar, en su totalidad o en parte, el inmueble arrendado.

CLÁUSULA 9ª - DE LAS INFRACCIONES CONTRACTUALES

§1° - **ARRENDADOR** y **ARRENDATARIO** se comprometen, por sí mismos y sus sucesores, a dar cumplimiento al presente contrato en todas sus cláusulas y condiciones, incurriendo el contratante infractor a sanción expresada en la Ley de Arrendamiento, la jurisdicción competente le corresponderá el juzgamiento de todos los derechos que se le aseguran a la parte agraviada.

CLÁUSULA 10ª - DE LAS DISPOSICIONES GENERALES

§1° - Se autoriza citación, citación judicial o notificación, para cualquier procedimiento judicial o extra judicial, exigido por Ley, mediante correspondencia con acuse de recibo o, si se tratare de persona jurídica o firma individual, también mediante télex o fax o, asimismo, si fuere necesario, por las demás formas previstas en el Código de Procedimiento Civil.

§2° - El presente contrato podrá ser modificado en cualquiera de sus cláusulas, a través de Declaración Adicional, mediante acuerdo entre las partes.

§3° - No constituirá novación cualquier liberalidad

- // -



- // -

considerada en el cumplimiento del presente contrato, tales como tolerancia en los recibos, recibo de correspondencia y congéneres.

§4° - Se acuerda entre las partes, que este contrato, una vez vencido, continuará rigiendo las relaciones entre **ARRENDADOR** y **ARRENDATARIO** hasta la manifestación por escrito que modifique cualquiera de las condiciones pactadas en éste.

§5° - El **ARRENDATARIO** estará facultado para dar término anticipadamente a este contrato, a través de comunicación escrita enviada con treinta días de anticipación a la fecha de término anticipado, cuando fuere necesario proceder al cierre del Consulado General de Chile en San Pablo debido a razones institucionales de la República de Chile, de seguridad o de fuerza mayor, o al término de las relaciones diplomáticas o consulares entre la República de Chile y la República Federativa de Brasil. En este caso al **ARRENDATARIO** le corresponderá solamente el pago del alquiler, hasta el último día de ocupación del inmueble objeto de este contrato, sin que la **ARRENDADORA** tenga derecho a indemnización o compensación alguna por este evento.

§6° - Considerando la normativa chilena que no permite a los órganos públicos autorizar cláusulas de penalización anticipada, desde ya queda entendido por las partes que toda y cualquiera demanda o incumplimiento de cualquiera de las cláusulas aceptadas en este contrato serán juzgadas por la jurisdicción competente, que arbitrará eventuales penalidades u obligaciones a cualquiera de las partes, basándose en el tenor de la Ley de Arrendamiento N° 8245, modificada por la Ley N° 12112 de la República

- // -



- // -

Federativa de Brasil.

CLÁUSULA 11ª - JURISDICCIÓN

§1º - Se elige la Jurisdicción Central de la capital de São Paulo, que será competente para conocer, dirimir cualquiera de las dudas o acciones provenientes del presente contrato.

Las partes contratantes ratifican todas las cláusulas de este contrato.

Y, en señal de conformidad, firman el presente, en cuatro ejemplares de igual tenor y forma, antes dos testigos.

São Paulo, 1 de febrero de 2015.

Firma ilegible - (Signo notarial)

Firma ilegible.

AGRO INDUSTRIAL CAMPAY LTDA.

ESTADO DE CHILE

Firma ilegible.

Testigo: MILTON PEREIRA

RG. 14.090.318-5.

=====

TRADUCIDO POR: XIMENA TOLEDO DONOSO - RES. N° 55 DE 25/04/1991 -
SANTIAGO, CHILE, a 14 de abril de 2015.



[Handwritten signature]

ANDRA VERGARA ZAPATA
TRADUCTORA